

PRESSUPOSTOS MARXISTAS PARA UM OLHAR NA FRONTEIRA BRASIL- BOLÍVIA: AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA MULHER BOLIVIANA

Supuestos Marxistas para una Mirada a la Frontera Brasil-Bolivia:
Relaciones laborales de las mujeres bolivianas

DOI 10.55028/geop.v18i35

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos*
Josiane Peres Gonçalves**

Resumo: Várias são as formas para discutir a relação que se estabelece entre a figura da mulher e o trabalho no seu contato com a complexa da emancipação humana. O propósito deste artigo é discutir a participação da mulher boliviana nas feiras livres na cidade de Corumbá-MS, considerando a perspectiva dialética da teoria e prática para compreender a realidade das relações de trabalho e condições das mulheres que se inseriram neste espaço fronteiriço e, entender como são construídas as condições de trabalho e como são garantidas o acesso à educação aos filhos dessas mulheres.

Palavras-chave: trabalho, feiras livres, educação, mulher boliviana.

Resumen: Hay varias formas de discutir la relación que se establece entre la figura de la mujer y el trabajo en su contacto con el complejo de la emancipación humana. El propósito de este artículo es discutir la participación de las mujeres bolivianas en ferias en la ciudad de Corumbá-MS, considerando la perspectiva dialéctica de la teoría y la práctica para comprender la realidad de las relaciones y condiciones de trabajo de las mujeres que se insertaron en este espacio fronterizo y, para entender cómo se construyen las condiciones

Introdução

A mulher desde os primórdios da formação da vida em sociedade, se encarregava tanto das produções dos elementos necessários à vida quanto da gestão doméstica. E, quando a revolução industrial mudou o modo de produção da economia familiar para a produção comercial, as mulheres afastaram-se de grande parte das suas ocupações domésticas, e com o surgimento da fábrica ficou explícito a determinação da situação social das mulheres das classes burguesas e médias.

Nas fábricas ficaram as mulheres pobres reserva de mão-de-obra que foi explorado pela forma capitalista, e do outro lado, a burguesia, muitas vezes livre dos trabalhos domésticos, buscava a sua profissionalização, ainda de ma-

* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação PPGEDU/FAED na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Estudos Fronteiriços pela mesma instituição. E-mail: tarissamarques@gmail.com.

** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). E-mail: josiane.peres@ufms.br.

de trabajo y cómo se garantiza el acceso a la educación de los hijos de estas mujeres.

Palabras clave: trabajo, ferias, educación, mujer boliviana.



neira não remunerada porque era desprezível para a mulher. E a condição social das mulheres bolivianas também perpassam a nítida divisão de classes estabelecida pelo avanço desigual da economia, para as mulheres trabalhadoras, por outro lado, a opressão econômica eliminou todas as possibilidades individuais, embora a desigualdade dos sexos não fosse tão marcante como nas classes altas. Para as mulheres trabalhadoras, a opressão econômica sempre esteve presente, eliminando todas as possibilidades individuais, embora a desigualdade dos sexos não fosse tão marcante como nas classes altas.

Ao abordar essa problemática, este artigo parte das seguintes indagações: Como é a participação da mulher boliviana nas feiras livres na cidade de Corumbá-MS? Qual a realidade das relações de trabalho dessa mulher boliviana feirante? Como são construídas as condições de trabalho? E, como são garantidos o acesso à educação aos filhos dessas mulheres da classe trabalhadora?

O estudo foi desenvolvido a partir da abordagem crítica para explicar a realidade, pensando a feira livre como mediação estabelecida na configuração da relação da mulher boliviana e o trabalho e no município de Corumbá-MS, refletindo sobre a produção do espaço do município e valorizando as particularidades que são determinadas pela totalidade e das relações dentro da lógica do modo de produção capitalista

e, como isso interfere no acesso à escolarização da classe trabalhadora. As feiras livres na atualidade constituem espaços onde se desenvolvem relações comerciais que compreendem a negociação de produtos oriundos da agricultura, da pecuária, do artesanato e da indústria, e mais precisamente neste espaço fronteiriço que conta com sete assentamentos que, com a agricultura familiar juntamente com os bolivianos de *Arroyo Concepción*, fazem o abastecimento das feiras livres que funcionam semanalmente na cidade. As feirantes bolivianas são a maioria nas feiras e a produção agrícola brasileira é insuficiente para abastecer o mercado local, o que justifica a entrada de alimentos a partir da Bolívia.

Para a escrita deste texto, foi realizado um trabalho de campo durante o mês de junho de 2022 que se utilizou das observações, leituras, revisão e análise crítica para compreender e revelar a essência do objeto, *alcançar o todo essencial do objeto, conhecê-lo no seu núcleo mais íntimo é compreendido como uma possibilidade real do sujeito* (Chasin, s/d.). O objeto aqui discutido é o existente, construído pelo próprio sujeito, que é histórico e social, o qual possibilita o conhecimento da relação entre sujeito e objeto dentro do método científico de Marx.

Sustentada no método do materialismo histórico-dialético, que permitiu analisar a temática na perspectiva da relação entre fazer e pensar como forma organizativa de explicar a realidade, este estudo teve as seguintes etapas como base para a realização das análises: visitas em todas as feiras realizadas na cidade para observar a movimentação e rotina das mulheres bolivianas feirantes e suas condições de trabalho, bem como em alguns momentos diálogos com elas.

Nesse sentido, este artigo está dividido em três partes: na primeira, fizemos uma apresentação da dinâmica do espaço fronteiriço o qual esta pesquisa está inserida, elucidando a multiplicidade de movimentos e significados que caracterizam a identidade local das feiras livres de Corumbá. Na segunda parte, por sua vez, focamos em compreender a realidade das relações sociais das mulheres bolivianas a partir do trabalho como categoria fundante do ser social, compreendendo as relações sociais e históricas que geraram as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, conhecidas no debate teórico e político como relações de gênero, fenômeno fundamental para o entendimento do processo de produção e reprodução das relações sociais e na inserção da mulher no mercado de trabalho, dentro de um contexto fronteiriço, mais precisamente nas feiras livres de Corumbá, considerando que as relações sociais de produção é a transformação da natureza de modo intencional pelos próprios seres humanos (Rossi, 2021).

E, para concluir o entendimento, na terceira parte discute-se as análises das observações e diálogos com as mulheres bolivianas feirantes presentes nas feiras de Corumbá, na possibilidade de compreender os caminhos trilhados em seus atos

de trabalho, bem como os desafios que impedem ou dificulta o acesso à educação escolar de suas proles.

Espaço fronteiroço Brasil/Bolívia

Corumbá é um município com aproximadamente 70 mil km², e com 96.268 habitantes, de acordo com o Censo de 2022. É o maior município em extensão territorial de Mato Grosso do Sul e o terceiro mais importante do estado em termos econômicos e populacionais. Localizada a 410 km de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, e cerca de 5 km de Corumbá, no território boliviano que pertence ao Departamento de Santa Cruz, estão situados *Puerto Quijarro*, pequeno município da *Provincia de Germán Bush*, formado por dois distritos – *Puerto Quijarro* e *Arroyo Concepción*.

Esse espaço fronteiroço se configura como ponto estratégico do principal contato entre bolivianos e brasileiros e, nessa dinâmica fronteiroça marcada por intensas relações de trocas e fluidez das mobilidades humanas que as feiras livres estão inseridas. As feiras livres podem ser caracterizadas como fenômenos econômicos e sociais muito antigos e que, apesar das feiras livres existirem desde os primórdios das civilizações e no Brasil com a implantação do mercantilismo na colonização, ela sempre foi um espaço de trocas/vendas de mercadorias e serviços, nelas estão contidas um ambiente potencial de possibilidades dentro de um mundo capitalista.

Ela representa mais uma alternativa profissional e um meio de prover as necessidades tanto dos que ali trabalham quanto dos que a procuram em busca de melhores preços, sendo ela uma alternativa de consumo que de certa forma concorre com os supermercados e seus funcionários tão imparciais.

As feiras em Corumbá vendem-se muito mais que produtos da agricultura familiar, apresentam uma grande variedade de produtos que vão desde as hortaliças, hortifrúteis, roupas novas e roupas usadas, artigos importados, brinquedos, ervas e temperos nacionais e internacionais, plantas ornamentais, produtos de limpeza, utensílios domésticos e as barracas de gênero alimentício que servem pastéis, sucos e lanches para consumo no local.

A feira neste espaço é como uma fonte de sobrevivência para os comerciantes fronteiroços que ali habitam e que, para muitos é a única fonte de renda. Pensando nessa estrutura e visto que o trabalho enquanto categoria que funda o ser social e que sempre está ligado a relações sociais, que analisamos os papéis desempenhados por mulheres bolivianos nas feiras livres de Corumbá.

A mulher boliviana e o trabalho

Inicialmente, vamos pensar o trabalho na perspectiva marxista onde é caracterizado como a interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de transformar a natureza nos bens necessários à sobrevivência do homem. Desta forma, só consideraria trabalho a atividade que propicia esta interação e por consequência somente seria trabalho produtivo o que resultasse em um produto.

Compreender o trabalho na perspectiva marxista implica, então, reconhecer que ele cumpre um papel fundamental, onde o homem, com seu trabalho, transforma o mundo e se transforma, ele mesmo. Mas, quando este trabalho é apresentado em uma sociedade capitalista como ocorre com as mulheres bolivianas feirantes em Corumbá, o trabalho se torna produtor de objetos e serviços, que têm valor de troca; ou seja, o que é criado a partir do trabalho e o próprio trabalho, que inicialmente tinha um valor de uso, torna-se uma mercadoria, que visa gerar uma utilidade para quem paga por ela.

No livro *o capital*, Marx (1984, p. 201) reforça esse pensamento quando coloca que em uma sociedade capitalista: “*A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho*”. Marx defende a necessidade da atividade humana consciente e livre e que no modo capitalista ela se torna imprescindível ao ser humano, que passa a ser interpretado por nós apenas como subsistência.

Nesse sentido, Tonet (2022), coloca que na concepção marxista “*o trabalho é categoria fundante do ser social*”, ou seja, o trabalho é uma ação precursora e mantenedora da sociedade: nós nos fazemos humanos através da relação ser humano e natureza, fundada na intervenção da mesma e ao modificar a natureza o ser humano modifica a si nesse processo reflexivo.

Adotando as contribuições de Marx, que pelo trabalho, o homem se auto-produz, mudando sua visão de mundo e de si mesmo, pelo trabalho, o homem se afirma e se nega, pode se alienar e se liberta. Duarte (2014, p. 43), coloca que:

[...] Se queremos superar a sociedade capitalista na qual o trabalho é uma atividade alienada, faz-se necessário anteciparmos mentalmente o resultado desse processo, isto é, faz-se necessário projetarmos como será o trabalho não alienado. Tal projeção não é um ato de sonhar acordado, mas uma síntese das máximas possibilidades já existentes.

Marx, sempre enfatizou que o homem em seu ato fundamental do trabalho, potencializa o caminho da humanização e projeta seu futuro numa nova forma de sociabilidade, o que significa num primeiro momento afirmar que o trabalho distingue o homem do animal, pois é uma atividade consciente, finalizada, é uma relação com o outro, objetivada por meio da produção e reprodução da sua

existência e alcançada pelo trabalho, a humanização da natureza, uma ação do homem objetivando a humanidade do homem. [...] “Assim, o trabalho, em sua acepção ontológica, forma o ser humano, por meio das mediações instituídas a cada novo ser da espécie por aqueles que já constituem o conjunto da humanidade” [...] (Marsiglia; Martins, 2018, p. 1698).

O trabalho é propriamente aquilo que humaniza o homem que o diferencia da natureza, mas, mas nem por isso que o homem deixa de ser parte da natureza, ela existe independente do mesmo, “[...] o homem – é natureza [...]” (Marx, 1974, p. 15). Nessa perspectiva do trabalho como fator humanizante temos a contrapartida do capitalismo, a dominação do homem sobre o homem, a desumanização, o capital que para continuar se reproduzindo, gera e reforça as desigualdades ao passo que aliena o trabalhador de sua condição humana, “ele não é livre; ele é escravo” (Saviani, 2021, p. 138).

Nessa linha de pensamento de discrepância, as desigualdades de gênero que escoam a sociedade encontram-se ainda iminentes em pleno século XXI, mesmo após as conquistas históricas de movimentos feministas. Essas desigualdades refletem sobre a totalidade da vida feminina, sendo a inserção do mercado de trabalho um dos aspectos prioritários de manifestação das discriminações sofridas pelas mulheres. De um lado, elas se encontram sob o julgo da dominação masculina e de outro, o sistema capitalista, impregnado pela ideologia patriarcal de gênero, explora o sexo feminino.

A autora Heleieth Saffioti, estudiosa das temáticas feministas, vinculada teoricamente ao marxismo levanta discussões sobre o papel da mulher na sociedade, abordando-o na perspectiva histórica e utilizando conceitos que a própria autora formulou durante seu processo de pesquisa, a questão da opressão e violência às mulheres que esteia-se em um problema social e está intimamente ligado aos estudos de gênero e patriarcado e assim ela busca conceitos para a análise dessa opressão, reconhecendo a relevância do patriarcado como categoria que expressa uma forma de dominação própria das sociedades fragmentada em classes, em seus múltiplos momentos históricos.

Saffioti (2013) explicita que o conceito de gênero é associado com ideologias, e que esta ideologia é exatamente a patriarcal, forjada para dar fuga a estrutura de poder dos homens acima das mulheres e que considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Essa autora defende que, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A pequena parcela de poder que

cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

A autora ressalta também que a base econômica do patriarcado, resulta em discriminação salarial das trabalhadoras mulheres, a segregação ocupacional, o controle da sua sexualidade e da sua capacidade reprodutiva. Assim o trabalho da mulher sempre esteve presente nas sociedades e em todos os lugares desde o início das civilizações, apesar de ser muitas vezes configurado apenas como um papel de “dona do lar”, impedindo as mulheres de exercer qualquer outro tipo de atividade, seja profissional ou não.

O comércio é uma atividade culturalmente desprezada pelos bolivianos, menos valorizada e, portanto, exercida pelas mulheres sobretudo nas culturas andinas. A inserção neste mercado tão específico de Corumbá se dá de uma forma mais rápida para as mulheres bolivianas, elas atravessam diariamente a fronteira na condição de migrante pendular.

As mulheres bolivianas feirantes possuem intensas jornadas de trabalho. Elas atuam em todas as áreas no processo produtivo, desde a transformação da matéria-prima à comercialização dos produtos, nas feiras matutinas de Corumbá, normalmente as atividades são iniciadas por volta das 4 horas da manhã, preparando o veículo com os equipamentos e produtos a serem comercializados. A montagem das bancas é iniciada em torno das 6 horas da manhã e as vendas em seguida, indo até às 12 horas, durante as conversas informais elas relataram que trabalham todos os dias, sem descanso aos finais de semana, após essa afirmação, quando foram questionadas se trabalham nos feriados, expuseram que, os únicos dias que realmente não labutam é o período das festividades da Virgem de *Urkupiña* durante a celebração nos três dias do mês de agosto, e sobre as férias relataram que elas tiram uma semana de férias ao ano para visitar os parentes que moram em Cochabamba e La Paz.

Para melhor compreensão sobre a Bolívia, e guiar o nosso olhar em direção às mulheres bolivianas utilizaremos o livro *A história da Bolívia*, onde o historiador em estudos latino-americanos Herbert Klein traça um percurso histórico da sociedade boliviana em um viés marxista.

Klein (2016), inicia dizendo que a história dos povos da Bolívia, da qual a evolução se nos apresentou como uma das mais hermética e sedutora, indica que havia uma sociedade criada por conquistas imperiais e adaptações indígenas, uma nação dominada pelos povos campestres de origem pré-colombiana, mas com plena participação na economia mundial, na legislação trabalhista da Bolívia,

verifica-se certa similaridade entre os direitos adquiridos pelos trabalhadores bolivianos e brasileiros. Na Bolívia também há Aviso-prévio, Férias, Salário-mínimo, 13º Salário, Proteção ao trabalho da Mulher e Infantil, estabilidade em caso de acidente de trabalho, Licença-maternidade, e nas lutas nacionalistas e revolucionárias na Bolívia, na década de 70, percebe-se uma forte formação sindical, tendo como constituintes os trabalhadores mineiros, num ambiente em que as demais classes sociais pareciam dispersas e escassamente coesas.

Na Bolívia, assim como outros maioria países em desenvolvimento da América Latina, vem experienciando no decorrer de sua história transformações socioeconômicas importantes com significativos impactos no seu meio rural e na sua agricultura, e em todo seu percurso histórico, a Bolívia permaneceu sendo uma nação predominantemente rural, até boa parte do século XX, constituída em sua maior parte de camponeses índios, apesar do desenvolvimento de um setor moderno de exportação, e da grande expansão da agricultura comercial mesmo com o crescimento de modernos centros urbanos. Mesmo assim, a falta de ensino público na zona rural antes da década de 1930, ocasionou o analfabetismo em grande parte da população rural, com a maioria ignorando, o espanhol, a língua nacional. O idioma predominante continuou sendo a quíchua, com o aimará ocupando o segundo lugar.

Klein (2016), acrescenta ainda que a Bolívia estabelecia um exemplo clássico do sistema latifundiário latino-americano, a intensa desigualdade na divisão de terras manifestava ser fundamental para controlar a mão-de-obra camponesa e, que a favor do seu domínio pela força, os latifundiários controlavam com êxito o acesso à totalidade das melhores terras de todas as regiões do país. Assim, conseguiam a mão-de-obra barata, ofertando terra em troca da realização do trabalho, em troca do trabalho livre no interior das fazendas, e os trabalhadores indígenas sem-terra obtinham o usufruto de parcelas dos latifundiários, podiam levar sementes e até animais para o cultivo dos campos, que ao final deixavam para o proprietário com escasso aporte de capital. Cabia aos indígenas, inclusive, o transporte da colheita fina (Klein, 2016, p. 103).

A questão de gênero e os direitos trabalhistas na Bolívia, teve início com os primeiros movimentos sociais organizados por mulheres mineiras, o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e, que logo em seguida, criou-se a Federação Nacional de Mulheres Camponesas “Bartolina Sisa”, uma organização sindical que tinha como objetivo a participação política e sindical da mulher camponesa nas decisões do país:

[...] O MNR foi o primeiro partido político a incorporar organicamente a mulher boliviana em suas fileiras: as mulheres ingressavam na política e faziam política por meio

do MNR. As tarefas das mulheres no partido eram, de alguma maneira, “tarefas tipicamente femininas”: apelações judiciais, ofícios religiosos, correios clandestinos, marchas populares, transporte de armamento, cuidados com os enfermos, atenção aos presos, greves de fome, etc., que somente implicavam o plano traçado pelo partido para elas[...] (Klein, 2016, p. 322).

A busca pela emancipação das mulheres bolivianas revela efeitos mais favoráveis para aquelas com maior nível educacional e menor ênfase em características étnicas. No entanto, é importante destacar que a maioria das mulheres na Bolívia enfrenta desafios de baixa escolaridade e qualificação, portanto, atendem a mercados com maior intensidade de precarização e informalidade, mantendo a hierarquização patriarcal de poder e de dominação. Klein (2016), coloca que na Bolívia, de acordo com dados fornecidos pelo Programa Nacional (INRA), durante o período após a Reforma Agrária de 1953 que concedeu terras aos agricultores e comunidades, até 1960 apenas 1,2% dos títulos foram registrados para as mulheres, assim considerando que a lei deste país (e de todos os outros) é definida em termos de poder, este se concentra no chefe de família, e quando a chefia da família cabe a uma mulher, há discriminação na aplicação da lei em si.

Quando falamos na questão da emancipação da mulher, na perspectiva marxista, encontra-se intimamente ligada à questão da emancipação humana, a mulher tem que ser vista na sua totalidade, no seu contexto social, já que ela se constitui de acordo com determinados parâmetros econômicos e sociais que envolvem os fatores tanto objetivos como subjetivos. Saffioti, quando fala sobre a emancipação, expõe que “a preocupação com o problema da mulher apresenta-se como uma constante do pensamento socialista” (Saffioti, 2013, p. 71). Nesse pensamento, consideramos que o capitalismo e a emancipação das mulheres marcham em caminhos opostos, já que para a continuidade do sistema exploratório e desumanizador são necessários a força de trabalho feminina e os meios que garantam a sua submissão.

A mulher boliviana distante dessa emancipação e frente a situação de desemprego é obrigada a participar de modelos de trabalho mais precários, e muitas vezes não remunerados, o que propicia menor chance de mobilidade social ascendente, com esse acesso limitado à terra devido à condição de patriarcado existente nessa sociedade essencialmente capitalista: “a base que funda o capitalismo é o trabalho assalariado, e no trabalho assalariado há uma desigualdade estrutural, de raiz, de essência que emana da sua própria natureza” (Rossi, 2021, p. 42).

Rossi (2021, p. 44), complementa quando diz:

Na prática objetiva, os trabalhadores são obrigados a trabalhar, isto é, a venderem a sua força de trabalho em troca de um salário, pois, caso contrário, não terão condições de garantirem a sua sobrevivência e a de suas famílias.

Dessa forma, discutir o trabalho da mulher boliviana feirante é identificar as formas encontradas para a ruptura com a conduta desigual nas relações de gênero e as mudanças nessa construção social que ela enfrenta pelo pertencimento a classe trabalhadora marcada pela desigualdade social:

[...] o objetivo mais essencial da classe trabalhadora é exatamente o de eliminar toda forma de exploração e de opressão de um ser humano pelo outro, toda forma de desigualdade social. [...] a classe trabalhadora necessitaria demonstrar-teoricamente- a sua possibilidade. Isso significaria a demonstração, racional, de que o ser humano não é naturalmente egoísta e de que a totalidade da realidade social, inclusive a natureza humana mais essencial, é integralmente histórica e social, isto é, resultado exclusivo da ação humana ao longo do tempo (Tonet, 2022, p. 36).

Enfim, a sociedade é composta por indivíduos singulares pertencentes a uma classe social que por sua natureza é histórica e socialmente produzida, e a divisão sexual do trabalho é apenas simbolicamente assentada em uma suposta divisão entre gêneros.

As mulheres da classe trabalhadora sofrem, antes de tudo, uma discriminação entre classes - relação desigual entre elas e as mulheres burguesas, ou entre elas e toda a burguesia do que uma discriminação entre gêneros (que ocorreria no âmbito de sua própria classe). Inclusive, a discriminação de gênero que a mulher trabalhadora sofre no âmbito de sua própria classe é imposta a partir da classe dominante.

As fronteiras da sobrevivência: a escolarização da classe trabalhadora

Para melhor compreender as especificidades das relações de trabalho e condições das mulheres bolivianas neste espaço fronteira Brasil-Bolívia foi realizado um trabalho de campo durante o mês de junho de 2022. A aproximação para as observações ocorreu de forma aleatória e com a concordância delas para conversar. As visitas foram realizadas nas sete feiras espalhadas nos bairros mais populosos de Corumbá e, em todas elas, notoriamente a presença feminina de mulheres bolivianas exercendo a função principal na comercialização.

As mulheres bolivianas feirantes se destacam na paisagem cultural das feiras livres por suas saias rodadas, chapéu e trança no cabelo. Algo que chama muito a atenção nas suas vestes são os aventais com bolsos na frente que servem para guardar o dinheiro.

Foi observada a presença de grande quantidade de feirantes bolivianas. Em todas as bancas as mulheres estavam no comando das atividades de venda. A presença de homens foi notada em algumas delas, mas somente realizavam atendimento quando aparecia uma quantidade de clientes que excedia a capacidade de atendimento da mulher. As crianças são frequentes acompanhando as mães, motivo pelo qual levou-se a discussão de compreender as dificuldades encontradas por essas mulheres, as garantias de direito à educação ofertadas aos seus filhos, pois o direito de acesso às escolas, onde as mães são trabalhadoras auxiliam o desenvolvimento profissional da genitora.

Figura 1 - Presença de mulheres bolivianas com sua prole nas feiras livres de Corumbá



Fonte: Autoras, junho de 2022.

As observações permitiram distinguir algumas características das mulheres feirantes bolivianas nas feiras livres de Corumbá, quanto ao seu papel social no giro do capital como: as que produzem somente para a subsistência da sua unidade familiar e o excedente é destinado para a venda. Esta feirante tem uma capacidade menor de influir no preço que se determina no mercado, processo que está influenciado por diversas condições e, estas produtoras usam a força exclusivamente familiar e não acumulam capitais.

E o segundo tipo de feirante é um produtor homem que usa mão-de-obra familiar e, às vezes, assalariada, e está em condições de acumular um pequeno

capital pela maior eficiência produtiva e possui algum tipo de transporte motorizado, e que muitas vezes cobra da mulher boliviana feirante para transportar suas mercadorias, e, ainda dentro deste segundo segmento pode-se destacar um grupo que emprega, ao mesmo tempo, uma forma combinada mão-de-obra familiar e assalariada, com variada forma de acumulação de capital.

Eles têm um maior e mais diversificado volume de produção. São produtores que participam do processo produtivo e, às vezes, são especializados, o que lhes permite diferenciar seu produto e, às vezes, ser uma referência para fixação do preço. Lembrando que a reforma agrária foi uma das medidas mais visíveis e expressivas pelas muitas mobilizações dos indígenas campesinos¹ na Bolívia.

A grande maioria dos feirantes, é constituída de pessoas que não conseguiram se inserir no mercado formal de trabalho e transformou-se em atravessador comerciante (comprador de produtos da agricultura e do artesanato para vender na feira), ou são pequenos produtores agrícolas que buscam a feira para comercializar diretamente com o consumidor os produtos do seu trabalho, uma classe que não teve acesso a possibilidade de humanização por meio da educação, que Saviani (2007) explicita: “Ora, humanizar o humano é, pois um processo educativo” (Saviani, 2007).

Na fala de uma das mulheres bolivianas feirantes, percebemos a dificuldade vivenciada em sua rotina [...] *meu marido me deixa aqui na feira com meus filhos e vai para a obra, e quando dá o horário ele volta para nos buscar, mas quando o patrão não dá a hora do almoço, fica difícil pra nós, eu tenho que desmontar a barraca, guardar as verduras, e levar as crianças para a escola[...]*.

A autora boliviana Julieta Paredes (2010) considera que é necessário reconhecer que as relações injustas entre homens e mulheres são mais do que uma herança colonial, e que descolonizar o gênero seria, também, recuperar a memória ancestral de lutas contra uma opressão anterior à dominação cultural (Paredes, 2010, p. 35).

As mulheres bolivianas feirantes também relataram como funcionam a organização social do trabalho quando chegam em casa: [...] *eu chego em casa lá pelas duas da tarde, vou fazer o almoço, lavar roupa, cortar a lenha para o outro dia e, quando as crianças chegam, me ajudam a separar os produtos para levar a feira no outro dia[...]*.

¹ O campesinato é uma classe social dos trabalhadores que vivem e trabalham no campo sem explorarem outra classe social [...]O campesinato não utiliza grandes extensões de terra para o monocultivo com uso exacerbado de agrotóxicos para enriquecimento individual. Trata-se de famílias que residem em pequenas propriedades, cultivando produções diversificadas e com base em suas tradições e culturas tendo com a terra e o território uma relação de vida e de trabalho e não de exploração ou de caráter mercadológico prioritariamente. (ROSSI, R. **Educação do Campo e Método**. 1. ed. Campo Grande, MS: Grupo de Estudos Fundamentos da Educação – GEFE/produção independente, 2022. p. 08).

Quando questionada sobre o seu companheiro, ela respondeu: [...] *meu esposo chega cansado, ele tem que ir em Puerto buscar as frutas, depois pega as crianças no Brasil e quando chega quer tomar sua cervejinha, ver seus amigos*[...].

Percebe-se na fala dela que os sustentáculos das relações desiguais de gênero encontram-se vigentes e, por vezes, fortalecidos. Principalmente devido ao reforço do sistema econômico. O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjugam as mulheres.

Para Saffioti (2004) não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. A autora realça que, apesar dos avanços das mulheres na busca pela emancipação, as bases materiais do patriarcado permanecem intactas. Isso nos leva a compreender que a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente aquele influenciado por ideologias patriarcais - como é o caso das feiras livres em Corumbá -, enfrenta considerável margem de exploração. As condições de trabalho precárias tornam o processo de sobrevivência e sobrevivência ainda mais desafiador, uma vez que a força de trabalho feminina se encontra apenas à exploração.

O cruzamento da fronteira para a mulher boliviana feirante é uma estratégia de sobrevivência, pois ela acompanhada de seus filhos atravessam diariamente a pequena ponte verde e vermelha, em busca de oportunidades. E, muitas não conseguem acesso para as crianças pequenas nos Centros de Educação Infantil, pelo fato da dificuldade de vagas nas escolas públicas, e acabam levando-os para seu local de trabalho.

Em relação ao déficit de vagas, podemos afirmar que a demanda vai muito além das longas listas de espera que se formam nas unidades públicas, pois, frequentemente, os pais ou responsáveis, ao terem conhecimento das grandes listas de espera e da inexistência de vagas, desistem de inserir o nome da criança na lista e passam a buscar novas alternativas.

Cabe esclarecer que o aluno boliviano só pode estudar no Brasil com a permissão da Polícia Federal, que expedirá um documento para tal, de acordo com a Constituição Federal Brasileira, lei n. 6.815, 19 de agosto de 1980 (Brasil, 1998). Porém, muitos dos filhos das feirantes bolivianas são chamados bolivianos, que, verdade, pelo documento, são brasileiros residentes na Bolívia, chamados também como imigrantes na condição de pendulares como aqueles que habitam em região de fronteira, morando na Bolívia e estudando no Brasil, e retornando aos seus lares, dando a esse movimento, conotação de cotidiano.

Em uma das falas das feirantes bolivianas percebemos a preocupação em conseguir buscar os filhos no horário, em participar das reuniões e atividades nas

escolas, dificuldades essas que Marsiglia e Martins (2018, p. 1704), diz: “a educação escolar não foi, até hoje, uma arma para a classe trabalhadora, que pudesse ser utilizada para sua emancipação”, Saviani (2021), complementa quando coloca:

Mas a sociedade capitalista se funda exatamente na apropriação privada dos meios de produção. Assim, o saber, como força produtiva independente do trabalhador, se define como propriedade privada do capitalista. O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho não pode, portanto, se apropriar do saber. Portanto, a escola pública, concebida como instituição de instrução popular destinada a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista (Saviani, 2021, p. 138).

Pensar nas relações de trabalho enfrentadas por essas mulheres que têm uma rotina iniciada nas primeiras horas do dia semanalmente sem pausas, é entender que para o capital, o trabalhador não é um ser, e que seu papel nesse modo de produção, é gerar lucro para um grupo muito pequeno da sociedade. No caso dos filhos das mulheres bolivianas feirantes em partes existe o acesso à escola, não são excluídas pela ausência da escola e sim por ela não garantir transmissão do saber científico acumulado historicamente pela humanidade, Saviani (2021), ressalta que é preciso construir a hegemonia dos subalternos no interior da escola, instrumentalizando e adequando este espaço aos interesses da classe trabalhadora.

A universalização do direito à educação transita por diversas tensões. É realidade que a educação está à disposição de todos, no sentido de que há escolas e há legislação que lhe permitem essa afirmação, porém a distância entre oferecimento e garantia é um desafio enfrentado diariamente pelas mulheres bolivianas dentro de uma sociedade desigual, discriminatória e capitalista. Quando se fala sobre a importância da escola pública, Saviani afirma que a escola é fundamental para a transmissão do conhecimento para as crianças da classe trabalhadora, pois é nesse espaço que ela terá o acesso ao saber sistematizado

Então, nessa perspectiva que a educação é própria dos seres humanos e que para humanizarem necessitam da educação e que *“tais condições exigem um posicionamento político, a orientar uma escolarização que opere a favor de um polo – humanização, e contra outro – alienação”* (Marsiglia; Martins, 2018, p. 1708), que pensamos nas condições da escolarização da classe trabalhadora, que no caso das mulheres feirantes bolivianas que têm crianças pequenas, o acesso à educação infantil significa concretamente acréscimo de bem-estar e garantia de uma humanização enquanto pessoa.

Considerações finais

Toda conclusão é sempre provisória e, nessa tentativa de compreender o universo do trabalho feminino das feirantes bolivianas de Corumbá na fronteira Brasil- Bolívia este texto deixa em aberto uma série de questões, que não pretendeu resolvê-las ou esgotá-las, mas sim reconhecê-las e colocá-las em debate.

A importância deste texto foi potencializar a voz das mulheres bolivianas sobre suas vivências diárias de trabalho alienante nas feiras livre de Corumbá e as dificuldades enfrentadas enquanto mulher, enquanto mãe pelos obstáculos no acesso e permanência ao processo de escolarização de sua prole.

A condição feminina das feirantes entrevistadas traz entre muitas diferenças na sua rotina de trabalho, essas mulheres, além de experimentarem o preconceito de gênero, decorrentes da colonialidade, do racismo, da classe, dentre outros elementos que aprofundam a invisibilização, o silenciamento e a subalternidade, vivenciam o que Marx aponta como desumanização e alienação nas sociedades capitalistas

A dignidade humana das mulheres é violada semanalmente, pois trata-se de uma violação do direito de ir e vir, e da exposição de mulheres ao trabalho degradante, identificamos questões relativas à precarização do trabalho feminino e violação de direitos, sua formação humana fica comprometida, pois enquanto pessoa são invisíveis, pois a mulher pertencente às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, mais discriminada se for boliviana, e igualmente excluída pelo seu baixo poder aquisitivo.

Por fim, o trabalho da mulher boliviana feirante é essencial à organização das feiras em Corumbá, no entanto, a precariedade e desumanização das relações de trabalho, pela informalidade provém das desigualdades, e coloco a educação como um passo à formação da consciência, pois ela contribui na elevação do grau de consciência político social do sujeito.

Referências

CHASIN, J. **Método dialético**. Impresso. s/d. 23p.

DUARTE, N. **A pedagogia histórico-crítica no âmbito da história da educação brasileira**. p. 29 - 50, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/43756444/a_pedagogia_hist%C3%93rico_cr%C3%8dtica_no_%c3%82mbito_da_hist%C3%93ria_da_educa%C3%87%C3%83o_brasileira. Acesso em: 08 jul. 2022.

KLEIN, H. S. **Histórias da Bolívia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M. A natureza contraditória da educação escolar: tensão histórica entre humanização e alienação. **Revista IberoAmericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1697-1710, out./dez. 2018.

MARX, K. **O processo de trabalho o processo de produção de Mais Valia**. O Capital, ética da economia política. Livro 1, v. 1. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, K. **Manuscrtos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. La Paz: Cooperativa el Rebozo, 2010.

ROSSI, R. Ontologia e método na pesquisa em Educação. In: ROSSI, R. (org.). **Pedagogia Histórico-Crítica e a educação escolar**: Reflexões de ensino e pesquisa. 1. ed. Campo Grande: Editora Telos Educativa, 2021. p. 24-58.

ROSSI, R. **Educação do campo e método**. 1. ed. Campo Grande, MS: Grupo de Estudos Fundamentos da Educação – GEFE/produção independente, 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de Classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., p. 152-180, 2007.

SAVIANI, D. Educação Escolar, Conhecimento e Pesquisa. **Revista Gesto-Debate**, Campo Grande, v. 21, n. 08, p. 134-152, jan./dez. 2021.

TONET, I. A importância do método científico de Marx. **Revista Gesto-Debate**, Campo Grande, v. 22, n. 02, p. 33-42, jan./dez. 2022.